RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS QUE COMPÕE O BALANÇO ANUAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

EXERCÍCIO – 2016

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CACOAL

Glaucione Maria Rodrigues Neri
Prefeita de Cacoal

Elcirone Moreira Deiró
Vice-Prefeito de Cacoal

CONSOLIDAÇÃO

Lindeberg Miguel Arcanjo
Controlador Geral do Município
Port. nº. 0043/PMC/2017

ELABORAÇÃO

Claudia Borges Rodrigues Lauterte
Setor de Monitoramento da Gestão Fiscal e Contábil
Auditoria Interna

INTERESSADO :	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO/PREFEITURA DE CACOAL
ASSUNTO :	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS QUE COMPÕE O BALANÇO ANUAL/2016
RESPONSÁVEL:	LINDEBERG MIGUEL ARCANJO - CONTROLADOR GERAL
RELATOR :	CLAUDIA BORGES RODRIGUES LAUTERTE - SETOR DE MONITORAMENTO DA GESTÃO FISCAL E CONTÁBIL

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DO BALANÇO

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao que dispõe os artigos 74 da Constituição Federal/88, art. 59 da Lei Complementa nº 101/2000, art. 9º, inciso III e art. 47, inciso II da Lei Complementar Nº. 154/96, combinado com art. 15, inciso III do Regimento Interno-TCE/RO e o Acórdão - APL - TC 00357/16 referente ao processo 1359/2016-TCER sobre Prestação de Contas do Exercício de 2015, apresenta o presente Relatório Anual das Contas atinente ao exercício 2016. Mais que atender a um conceito legal, este relatório tem como objetivo demonstrar os principais aspectos da gestão econômico/financeira, com condições de oferecer uma visão da situação financeira do Município de Cacoal, que de modo geral, reflete a ação administrativa do Governo Municipal. Passaremos a expor os dados sobre a execução orçamentária e financeira o cumprimento da legalidade dos atos administrativos da Prefeitura Municipal de Cacoal.

Auditoria Contábil realizada no período de janeiro à dezembro, referente ao exercício de 2016.

A presente auditoria foi concebida por meio da análise dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, do Relatório de Gestão Fiscal e do Balanço Anual.

1. OBJETIVO GERAL

A realização da Auditoria com efeitos pedagógicos para o aperfeiçoamento da ação governamental e dos procedimentos adotados na execução da mesma.

1.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Acompanhar a Execução Orçamentária:
  - Verificação do desempenho da receita e da execução da despesa;
  - Verificação do Resultado Primário;
  - Verificação do Resultado Nominal;
  - Verificação dos Restos a Pagar;
  - Verificação da aplicação em Educação;
  - Verificação da aplicação em Saúde;
  - Acompanhamento do Repasse ao Poder Legislativo;
- Avaliar a Gestão Fiscal:
  - Verificação da aplicação em pessoal;
  - Verificação da aplicação em Saúde;
  - Verificação da aplicação em Educação;
  - Verificação do atendimento do repasse ao Legislativo;
  - Verificação dos índices da Dívida Consolidada;
  - Verificação da Dívida Ativa;
- Verificar o atendimento aos prazos estabelecidos pela CF/88, LC nº 101/00 e Nºs 19/2006-TCERO, 22/2007-TCERO e 13/2004-TCERO.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu na análise dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária, de Gestão Fiscal e do Balanço Anual.

Os casos de dúvidas foram apresentadas ao setor auditado que as sanou prontamente por meio de esclarecimentos orais ou formais.

3. DOS FATOS

3.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1.1 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária de acordo com o Balanço Orçamentário apresenta-se sinteticamente da seguinte forma:

Tabela I – Execução Orçamentária – Compar. da Receita Arrecadada: Janeiro - Dezembro – 2016.

	Janeiro – Dezembro / 2016		
RECEITAS	**Previsto**	**Arrecadado**	**%**
	(A)	**(B)**	**(B/A)**
Receitas Correntes	160.363.000,00	165.114.531,13	102,96%
Receitas de Capital	19.580.000,00	14.054.475,95	71,78%
SOMA	**179.943.000,00**	**179.169.007,08**	**99,57%**
Déficit de Previsão e Execução			
TOTAL	**179.943.000,00**	**179.169.007,08**	**99,57%**

Tabela II – Execução Orçamentária–Comparativo da Despesa Empenhada: Janeiro - Dezembro – 2016.

	Janeiro – Dezembro / 2016		
DESPESAS	**Fixado**	**Executado**	**%**
	(A)	**(B)**	**(B/A)**
Despesas Correntes	150.113.000,00	151.883.013,11	101,18%
Despesas de Capital	29.760.000,00	18.087.489,43	60,78%
Reserva de Contingência	70.000,00	0,00	0,00%
SOMA	**179.943.000,00**	**169.970.502,54**	**94,46%**
Superávit de Execução		9.198.504,54	
TOTAL	**179.943.000,00**	**179.169.007,08**	**99,57%**

O comportamento da despesa realizada em relação à receita arrecadada apresentou um superávit no valor de R$ 9.198.504,54 (nove milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

3.1.1.1 DAS RECEITAS

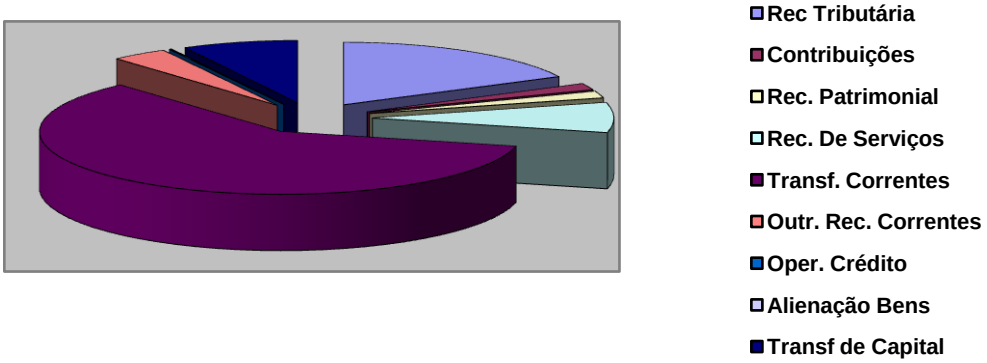
A Lei Municipal Nº. 3.533/PMC/2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, estimou a RECEITA e fixou a DESPESA na importância de R$ 179.943.000,00 (cento e setenta e nove milhões e novecentos e quarenta e três mil reais).

A receita arrecadada foi de R$ 179.169.007,08 (cento e setenta e nove milhões, cento e sessenta e nove mil e sete reais e oito centavos), verificando-se, portanto, uma arrecadação inferior a previsão na ordem de R$ 773.992,92 (setecentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Tabela III - Comparativo das Receitas Previstas/Arrecadadas–Janeiro-

Receitas	PREVISTA	ARRECADADA	%	Difer. (+)/(-)
	R$	R$		%
I – Receitas Correntes	**160.363.000,00**	**165.114.531,13**	**92,16%**	**102,96%**
1 – Tributárias	32.318.000,00	31.419.905,40	17,54%	97,22%
2 – Receita de Contribuição	3.060.000,00	3.056.570,66	1,71%	99,89%
3 – Patrimoniais	3.056.000,00	3.144.550,88	1,76%	102,90%
4 – Receitas de Serviços	11.494.000,00	13.877.068,38	7,75%	120,73%
5 – Transferências Correntes	103.910.000,00	106.881.752,27	59,65%	102,86%
6 – Outras Receitas	6.525.000,00	6.734.683,54	3,76%	103,21%
II – Receitas de Capital	**19.580.000,00**	**14.054.475,95**	**7,84%**	**71,78%**
7 – Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%	0,00%
8 – Operações de Crédito	1.000.000,00	240.171,38	0,13%	24,02%
9 – Transferências de Capital	18.580.000,00	13.814.304,57	7,71%	74,35%
III – Receita Total (I + II)	**179.943.000,00**	**179.169.007,08**	**100,00%**	**99,57%**

Gráfico I - Participação da Receita na Arrecadação Municipal



A principal frustração da arrecadação ocorreu nas Receitas de Capital que obteve desempenho de – 75,98% em relação a sua estimativa, este fato justifica-se levando em consideração que os repasses dos convênios são realizados pelo Governo Federal e do Estado conforme a execução das obras. Se considerarmos a receita total arrecadada em relação a prevista temos um percentual de 99,57%.

No total das receitas corrente atingiu 102,96% da projetada, demonstrando que o município está realizando uma excelente projeção da receita e isso proporciona segurança na execução do orçamento, não sendo necessário a limitação de empenho. Considerando o atual cenário econômico do país, podemos dizer que arrecadar 102,96% de uma receita corrente projetada um ano antes da execução é um excelente resultado para o município. Se analisarmos os grupos das receitas separadamente, afirmamos que as receitas que dependiam dos esforços do município para serem arrecadadas não ocorreram frustração, no

entanto, as receitas repassadas pelo Governo Federal e Estadual ficaram abaixo do previsto. Diante dos fatos exarados, é nítido afirmar que o município vem desempenhando um bom trabalho em relação a arrecadação das receitas.

Tabela IV – Receita Trib. em relação a Receita Corrente – Janeiro – Dezembro / 2016.

RECEITAS	2016	%
IPTU	6.419.062,21	20,43%
IRRF	4.038.507,17	12,85%
ITBI	3.181.742,83	10,13%
ISSQN	14.822.221,39	47,17%
Taxas	2.955.563,00	9,41%
Contribuição Melhorias	2.808,80	0,01%
Total Receita Tributária	**31.419.905,40**	**19,03%**
Total Receita Corrente	**165.114.531,13**	**100%**

As receitas tributárias em relação ao total das receitas correntes, demonstrou um percentual de 19,03%.

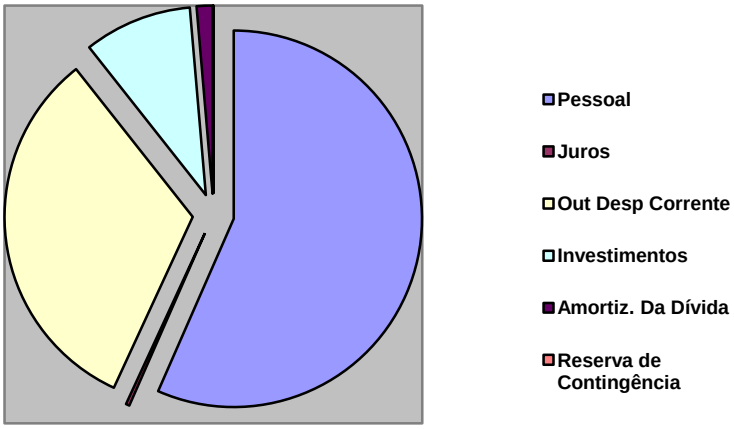
Das receitas tributárias o maior destaque na arrecadação foi o ISSQN que atingiu o percentual em 2016 de 47,17% sobre o total das receitas tributárias de 2016. Esse fato decorre da implantação da nota fiscal eletrônica para as prestações de serviço, e, além disso, o município está realizando uma intensa fiscalização nas empresas.

3.1.1.2 DAS DESPESAS

Tabela V – Despesas Empenhadas por Categoria Econômicas – Janeiro-Dezembro / 2016.

Especificação	Janeiro - Dezembro 2016		%
	PREVISTO	REALIZADO	
I – Despesas Correntes			
1 – Pessoal e Encargos Sociais	89.676.000,00	96.164.591,94	107,24%
2 – Juros e Encargos da Dívida	1.152.000,00	523.124,28	45,41%
3 – Outras Despesas Correntes	59.285.000,00	55.195.296,89	93,10%
4 – Total das Despesas Correntes	**150.113.000,00**	**151.883.013,11**	**101,18%**
II – Despesas de Capital			
5 – Investimentos	26.256.000,00	15.772.984,65	60,07%
6 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
7 – Subtotal (5 + 6)	**26.256.000,00**	**15.772.984,65**	**60,07%**
8 – Amortização da Dívida	3.504.000,00	2.314.504,78	66,05%
9 – Reserva de Contingência	70.000,00	0,00	0,00%
9 – Total Despesas Capital (7+8)	**29.830.000,00**	**18.087.489,43**	**60,64%**
III – Despesa Total (4+9)	**179.943.000,00**	**169.970.502,54**	**94,46%**

Gráfico II - Participação Por Categoria da Despesa nos Gastos do Governo



Em relação às despesas anuais observa-se que a manutenção dos serviços Públicos foi priorizada, ao se analisar a tabela acima podemos constatar que os compromissos que acumularam os maiores valores foram aqueles efetuados para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas correntes.

Mesmo considerando que a grande parcela das despesas é destinada a manutenção dos serviços públicos, evidenciamos os esforços para realizar investimentos no município de Cacoal, conforme demonstrado na tabela que no exercício de 2016 empenhou o valor R$ 15.772.984,65. Esses investimentos são compostos, na sua maioria, por Recursos de Outras Fontes pleiteados pelo município junto a União e ao Governo do Estado e por Operações de Crédito. São exemplos desses convênios e transferências diretas, o Saneamento para Todos de R$ 2.196.439,41, Asfalto c/ recursos convênio R$ 341.639,08, de Recursos próprios R$ 1.427.335,36, convênio p/ construção e aquisição equipamentos de praça de esporte e vila olímpica de R$ 3.060.780,06, construção de 04 Postos de Saúde R$ 1.976.312,18, aquisição equipamentos para Atenção Básica no valor R$ 173.813,32, aquisição de equipamentos para Atenção Especializada no valor R$ 209.075,88, aquisição equipamentos CEREST no valor R$ 58.634,66, aquisição equipamentos para Vigilância Sanitária no valor R$ 68.082,03, aquisição de maquinários agrícolas R$ 396.715,00, investimentos no Serviço Autônomo de Água e Esgoto com recursos próprios R$ 2.825.912,20, construção hospital municipal R$ 553.454,17, construção de 03 creches R$ 1.018.560,09, Ampliação Escolar -FUNDEB no valor R$ 102.339,57, aquisição de equipamentos para Câmara no valor R$ 339.929,65 entre outros equipamentos e construções.

Ao se analisar os gastos por funções de governo é possível observar a ênfase dada às áreas de Saúde com 24,45%, Educação com 24,87%, Administração com 18,83% e Saneamento com 10,08%, como segue na tabela abaixo:

Tabela VI – Despesas Empenhadas por Função de Governo – Janeiro – Dezembro/ 2016.

Nº FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	Janeiro - Dezembro/16	%
01	LEGISLATIVO	6.267.277,15	3,69%
02	JUDICIÁRIO	371.425,40	0,22%
04	ADMINISTRAÇÃO	32.010.774,68	18,83%
06	SEGURANÇA PÚBLICA	18.170,00	0,01%
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.549.414,66	2,09%
10	SAÚDE	41.550.929,66	24,45%
12	EDUCAÇÃO	42.278.181,90	24,87%
13	CULTURA	532.744,95	0,31%
14	DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00%
15	URBANISMO	3.876.523,80	2,28%
16	HABITAÇÃO	0,00	0,00%
17	SANEAMENTO	17.129.451,25	10,08%
18	GESTÃO AMBIENTAL	7.567.580,80	4,45%
20	AGRICULTURA	2.107.857,71	1,24%
22	INDUSTRIA	0,00	0,00%
23	COMÉRCIO E SERVIÇO	13.855,30	0,01%
24	COMUNICAÇÃO	277.626,99	0,16%
26	TRANSPORTE	5.181.766,13	3,05%
27	DESPORTO E LAZER	4.399.293,10	2,59%
28	ENCARGOS SOCIAIS	2.837.629,06	1,67%
TOTAL		**169.970.502,54**	**100,00%**

Tabela VII – Partic. da Despesa Liquidada s/ a Rec. Arrecadada – Janeiro - Dezembro / 2016.

Especificação	Janeiro – Dezembro/ 2016		
	Receita Arrecadada (A)	Despesa Liquidada (B)	(B/A)
Correntes	165.114.531,13	150.866.119,74	91,37%
Capital	14.054.475,95	17.877.268,09	127,20%
TOTAL	**179.169.007,08**	**168.743.387,83**	**94,18%**

A Tabela VII demonstra que há superávit entre a receita realizada e a despesa liquidada, isso porque a despesas liquidadas corresponderam a 94,18% das receitas arrecadadas em 2016, evidenciando que o município esta realizando uma gestão fiscal eficiente, quando a gestão orienta-se pela receita efetivamente arrecadada, visando a manutenção do equilíbrio econômico, cumprindo com as determinações legais expressas na LC 101/2000, que tem como principal objetivo o acompanhamento da capacidade de endividamento e os controles pelas diversas unidades, buscando a prevenção de déficit financeiro.

3.1.3 DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os créditos orçamentários autorizados no exercício estão demonstrados na tabela abaixo discriminada:

Tabela VIII – Alterações do Orçamento Inicial até Dezembro/2016

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R$)	%
Dotação Inicial (a)	**179.943.000,00**	
(+) Créditos Suplementares	35.008.264,89	82,78%
(+) Créditos Especiais	7.282.267,97	17,22%
(+) Créditos Extraordinários	0,00	0,00%
(=) Total Créditos Adicionais Abertos (b)	**42.290.532,86**	**23,50%**
(--) Anulações de Créditos (c)	11.295.658,92	6,28%
(--) Transposição (d)	7.592.935,30	4,22%
(--) Remanejamento (e)	7.085.533,19	3,94%
(--) Transferência (f)	85.090,05	0,05%
(=) Autorização Final da Despesa (g) = (a + b - c-d-e-f)	**196.174.315,40**	
(--) Despesa Empenhada (h)	169.970.502,54	
(=) Saldo de Dotação (i)=(g-h)	**26.203.812,86**	

A tabela VIII demonstra que os créditos adicionais abertos no exercício 2016 atingiram o montante de R$ 42.290.532,86 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos), equivalendo a 23,50% do total orçado.

A alteração entre o orçamento inicial de R$ 179.943.000,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil reais), com a autorização final da despesa de R$ 196.174.315,40.

Os recursos para abertura de Créditos Adicionais, utilizados, foram os seguintes:

Tabela IX – Recursos Utilizados Abertura Créd. Orçam. - Dezembro/2016

RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS	VALOR (R$)	%
Anulação de Créditos	11.295.658,92	26,71%
Transposição	7.592.935,30	17,95%
Remanejamento	7.085.533,19	16,75%
Transferência	85.090,05	0,20%
Superávit Financeiro	10.460.663,74	24,74%
Excesso de Arrecadação	3.000.000,00	7,09%
Excesso de Arrecadação/Recursos Vinculados	2.770.651,66	6,55%
Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	0,00	0,00%
TOTAL	**42.290.532,86**	**100,00%**

Na tabela IX é possível visualizar que dos créditos adicionais abertos, 6,55% referente a recursos vinculados, 24,74% superávit financeiro, 7,09% excesso de arrecadação, 0% de operação de crédito, Transposição 17,95%, Remanejamento 16,75%, Transferência 0,20% e 26,71% de anulação de créditos.

Dos créditos Adicionais, os Suplementares representam 82,78% e os Especiais 17,22%.

A abertura de créditos adicionais por **superávit financeiro** do exercício anterior, demonstrou-se da seguinte forma, Prefeitura R$ 1.497.581,73, FMS R$ 6.740.000,11, FMAS R$ 283.804,90 e SAAE R$ 1.939.277,00.

Na tabela abaixo podemos verificar a fonte individualizada dos recursos provenientes de superávit financeiro registrados no Balanço Patrimonial:

Tabela X – Recursos de Superávit Financeiro

Prefeitura-Balanço Patrimonial 2015 (sem administração indireta e Fundos)				
Ativo Financeiro (R$)	**Passivo Financeiro (R$)**	**Superávit Financeiro (R$)**	**Abertura Créd. 2016 (R$)**	**Situação**
12.869.757,82	5.178.902,44	7.690.855,38	1.497.581,73	Regular
FMS-Balanço Patrimonial 2015				
Ativo Financeiro (R$)	**Passivo Financeiro (R$)**	**Superávit Financeiro (R$)**	**Abertura Créd. 2016 (R$)**	**Situação**
9.445.304,37	841.452,95	8.603.851,42	6.740.000,11	Regular
FMAS-Balanço Patrimonial 2015				
Ativo Financeiro (R$)	**Passivo Financeiro (R$)**	**Superávit Financeiro (R$)**	**Abertura Créd. 2016 (R$)**	**Situação**
648.768,00	4.758,04	644.009,96	283.804,90	Regular
SAAE-Balanço Patrimonial 2015				
Ativo Financeiro (R$)	**Passivo Financeiro (R$)**	**Superávit Financeiro (R$)**	**Abertura Créd. 2016 (R$)**	**Situação**
2.144.593,65	205.316,65	1.939.277,00	1.939.277,00	Regular

Conforme demonstrado acima, o superávit financeiro gerado em fontes de recursos específicos foram suficientes para sustentar a sua indicação para a abertura de créditos adicionais por unidade gestora.

3.1.4 DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

A receita da Dívida Ativa do Município está demonstrada na Tabela XI da seguinte forma:

Tabela XI – Demonstrativo da Dívida Ativa Municipal Janeiro-Dezembro 2016

Descrição	Valor (R$)	%
Dívida Ativa Abertura do Exercício Financeiro (Movimento de Débito)	**16.024.599,64**	
Dívida Ativa Tributária (1.2.1.1.1.04.01 + 1.2.1.1.1.04.03)	12.222.841,61	
Dívida Ativa Não Tributária (1.2.1.1.1.05.01)	439.027,11	
Dívida Ativa SAAE (1.2.1.1.1.05.01)	3.362.730,92	
Outros Créditos - SAAE	0,00	
Dívida Ativa Inscrita no Exercício	**6.872.315,69**	**42,89%**
Dívida Ativa Tributária (1.2.1.1.1.04.01+1.2.1.1.1.04.03)	3.851.653,75	
Dívida Ativa Não Tributária (1.2.1.1.1.05.01)	205.307,00	
Dívida Ativa Não Tributária (SAAE 1.2.1.1.1.05.01)	2.815.354,94	
Baixa da Dívida Ativa no Exercício	**5.112.042,89**	**31,90%**
Por Cobrança	4.884.315,06	**27,46%**
Dívida Ativa Tributária (1.9.1.3.0.0.0.0+1.9.3.1.0.0.0.0) balanc. receita	2.812.859,69	
Dívida Ativa Não Tributária (1.9.1.5.00.00+1.9.3.2.00.00) bal. receita	7.927,25	
Dívida Ativa Não Tributária (SAAE 1.9.3.0.00.00+1.9.1.5.0.00.00)	2.063.528,12	
Por Cancelamento	227.727,83	
Dívida Ativa (Cancelamento 3.6.1.7.1.05.01)	221.369,23	
Dívida Ativa (Anulação 3.6.1.7.1.05.13)	0,00	
Dívida Ativa (Prescrição 3.6.1.7.1.05.17)	6.358,60	
Saldo para Exercício Seguinte (1.2.1.1.1.04.00.000)	**17.784.872,44**	**10,98%**

Considerando que a baixa da Dívida Ativa foi na ordem de 31,90%, tendo, entretanto, inscrição em Dívida Ativa de 42,89%, portanto, ocorreu um Acréscimo da Dívida de 10,98% em 2016.

O montante da Dívida Ativa R$ 17.784.872,44 (dezessete milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) sobre o arrecadado da Dívida Ativa R$ 4.884.315,06 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e seis centavos) representa um percentual de 27,46%.

Considerando a Lei 2.413/2008 que dispõe sobre a carreira de procurador do município e a estrutura organizacional e competência da procuradoria geral do município e dá outras providências, onde no artigo 4º cita:

> IV - Promover a cobrança judicial da dívida ativa e de outras rendas que por lei devam ser exigidas do contribuinte.(grifo nosso)

Diante de tal citação, fica incumbida a responsabilidade da Procuradoria em intensificar os esforços a fim de promover a execução judicial dos créditos da Dívida Ativa municipal, evitando desta forma o descumprimento do artigo 11 da LRF.

Sobre o cancelamento da Dívida Ativa Tributária no valor R$ 227.727,83 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos, sendo R$ 221.369,23 de outros cancelamentos e R$ 6.358,60 por prescrição.

Sobre a prescrição foi justificado que a maioria das prescrições ocorreu por falta de informações cadastrais dos contribuintes, como nome e CPF, informações que são imprescindíveis para a execução fiscal, ferramenta que interromperia a prescrição da dívida.

Ressalva-se ainda, que boa parte das prescrições são do loteamento Village do Sol II, pois o mesmo encontrava-se no sistema de tributação como não cadastrado, isso ocorreu devido o loteamento estar em situação irregular junto ao município que foi regularizado através do processo 2401/12 e 635/88 a partir do ano de 2012.

Informamos ainda, que a partir do mês de agosto/15 o município firmou parceria com o Cartório de Protesto para realizar execução de títulos da dívida ativa de tributos. Com isso o município pretende aumentar a arrecadação da dívida ativa, e em contrapartida reduzir a inscrição de novos créditos da dívida.

Se o título protestado não obtiver êxito no recebimento, o cartório devolve a CDAs para o município e a procuradoria da entrada na ação judicial, a fim de receber a dívida ativa através execução judicial.

Portanto, podemos afirmar que a Fazenda Pública Municipal em parceria com a Procuradoria vem mantendo esforços para intensificar a arrecadação da dívida ativa.

Considerando as exposições acima, esta controladoria demonstra que está cumprindo com as determinação do Acórdão - APL - TC 00357/16 referente ao processo 1359/2016-TCER sobre Prestação de Contas do Exercício de 2015.

3.1.5 DOS GASTOS COM PESSOAL

Outro ponto relevante da administração municipal diz respeito à participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

Tabela XII – Demonstrativo Resumido de Despesa com Pessoal – Últimos

DESPESAS DE PESSOAL	ÚLTIMOS 12 MESES	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
Despesa Bruta com Pessoal (I)	**91.597.047,13**	
Pessoal Ativo	91.597.047,13	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	
Outras Desp. de Pessoal decorrentes contratos de terc. (§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	
(-) Despesas não computadas(art. 19, par.1º da LRF) **(II)**	11.564.231,28	
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.146.902,31	
PACS/PSF - Parecer Prévio nº 177/2003-TCE/RO	2.594.344,00	
Terço Constitucional de Férias - Parecer Prévio nº 9/2013 - Pleno/TCE-RO	1.784.477,80	
IRRF - Parecer Prévio nº 56/2002 - TCE-RO	4.038.507,17	
Total Despesa Líquida com Pessoal (III)=(I-II)	**80.032.815,85**	**50,50%**
Receita Corrente Líquida	158.481.679,96	

Conforme Tabela XII, a despesa com pessoal dos últimos 12 meses do Poder Executivo, atingiu o percentual de 50,50% da receita corrente líquida arrecadada no mesmo período, demonstrando que a despesa com pessoal ficou 0,80% abaixo do limite prudencial de 51,30%, e 3,50% abaixo do limite legal de 54%. Alertamos, que a administração pública municipal para que continue acompanhando as despesas com pessoal afim de manter o índice abaixo do prudencial, e desta forma cumpra com o disposto no art. 22 da Lei Complementar 101/2000.

3.2 - DAS METAS FISCAIS

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município de Cacoal, no exercício 2016, em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal.

A Receita Corrente Líquida apurada de janeiro a dezembro, está demonstrada na tabela XIII abaixo:

Tabela XIII – Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida – 2016.

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro–Dez 2016
Receita Tributária	31.419.905,40
Receita de Contribuições	3.056.570,66
Receita Patrimonial	3.144.550,88
Receita de Serviços	13.877.068,38
Transferências Correntes	106.881.752,27
Outras Receitas Correntes	6.734.683,54
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**165.114.531,13**

3.2.1 DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

A Tabela XIV demonstra o resultado primário no exercício de 2016. As receitas primárias líquidas correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras, receitas de operação de crédito, amortizações de empréstimos e de alienações de ativos. Já as despesas primárias líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias liquidadas, deduzidas despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida fundada.

Tabela XIV – Resultado Primário – Janeiro – Dezembro de 2016

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro – Dezembro/2016
Receitas Primárias Correntes	161.997.444,45
Receitas Primárias de Capital	13.814.304,57
Receitas Primárias Líquidas	**175.811.749,02**
Despesas Primárias Correntes Liquidada	150.342.995,46
Despesas Primárias de Capita Liquidada	15.562.763,31
Despesas Primárias Líquidas	**165.905.758,77**
RESULTADO PRIMÁRIO	**9.905.990,25**

Em valores nominais, o resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras alcançado no exercício de 2016 foi de R$ 9.905.990,25 (Nove milhões, novecentos e cinco mil, novecentos e noventa reais e vinte e cinco centavos). A estimativa de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016 foi de R$ 1.666.000,00 (hum milhão, seiscentos e sessenta e seis mil reais). A diferença apresentada deve-se ao fato que na LDO são computadas as despesas totais previstas, inclusive os convênios e na execução somente as despesas liquidadas e não as empenhadas.

Tabela XV – Resultado Nominal – 2016.

ESPECIFICAÇÃO	31 Dezembro 2015 (Coluna	31 Agosto 2016 (Coluna
Dívida Consolidada (I)	17.373.492,74	15.292.159,91
Deduções (II)	23.107.996,29	30.540.392,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.918.042,89	30.924.684,30
Demais Haveres Financeiros (Realizável)	909,64	0,00
(-) Restos a pagar Processados (Exceto Precatórios)	-2.810.956,24	-384.292,24
Divida Consolidada Líquida (III) = (I – II)	**-5.734.503,55**	**-15.248.232,15**
Receita de privatizações (IV)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	3.199.869,05	2.335.869,05
Dívida Fiscal Líquida (III + IV – V)	**-8.934.372,60**	**-17.584.101,20**
RESULTADO NOMINAL (Coluna B – Coluna		**-8.649.728,60**

O resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública, foi de R$ -8.649.728,60.

3.2.2 DOS ÍNDICES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada Líquida no exercício 2016 apresenta o valor de R$ -15.248.232,15. A dívida consolidada líquida da Prefeitura equivale -9,62% da receita corrente líquida, conforme demonstrado na Tabela XVI. Portanto, dentro do limite estabelecido pelo artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 1,2 vezes a receita corrente líquida.

Tabela XVI – Dívida Consolidada Líquida – Dezembro 2016

ESPECIFICAÇÃO	Dezembro 2016
Dívida Consolidada (I)	**15.292.159,91**
Dívida Contratual	12.956.290,86
Demais Dívidas Contratuais	12.956.290,86
Parcelamento de Dívidas	2.335.869,05
Previdenciárias	2.335.869,05
Outras Dívidas	0,00
Deduções (II)	**30.540.392,06**
Disponibilidade de Caixa Bruta	30.924.684,30
Haveres Financeiros (REALIZÁVEL)	0,00
(-) Restos a pagar processados	-384.292,24
Dívida Consolidada Líquida (I – II)	**-15.248.232,15**
Receita Corrente Liquida – RCL	158.481.679,96
% da DC sobre a RCL	**9,65%**
% da DCL sobre a RCL	**-9,62%**
Limite Definido - Resol Nº 40/01-Senado Federal (1,20 * RCL=120%)	**190.178.015,95**
% da DC sobre o Limite Definido - Resol 40/01	**8,04%**

*Fonte: Anexo II - Relatório Gestão Fiscal

O índice demonstrado interferindo de forma positiva na capacidade de endividamento definido pela Resolução do Senado nº 40/01 que foi de 8,04% em 2016.

3.2.3 DOS GASTOS COM AMORTIZAÇÃO E JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Tabela XVII – Evol. Gastos Empenhados com Amortização, Juros e Encargos da Dívida – Janeiro / Dezembro - 2016.

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro - Dezembro 2016
Juros e Encargos da Dívida	523.124,28
Amortização da Dívida	2.314.504,78
TOTAL	**2.837.629,06**
Receita Corrente Líquida	165.114.531,13
% Desp. com Serviços da Dívida / RCL	**1,72%**

A Tabela XVII permite a análise da despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, na qual se verifica-se um percentual de 1,72 de empenhos de juros e amortização sobre a receita corrente líquida.

3.2.4 DOS RESTOS A PAGAR

Tabela XVIII – Demonstrativo dos Restos a Pagar

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	De Exercícios Anteriores	31/12/2015	pagos + cancelados	a pagar	De Exercícios Anteriores	31/12/2015	cancelado	pagos	a pagar
Restos a pagar	0,00	2.810.956,24	2.803.998,60	6.957,64	0,00	3.265.684,00	24.641,84	3.241.042,16	0,00
TOTA				**6.957,64**	**0,00**				**0,00**

Na Lei 4.320/64 em seu artigo 36 descreve os Restos a Pagar da seguinte forma:

> Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas".

A conta Restos a Pagar Processados apresenta no exercício 2016, o saldo de R$ 6.957,64 (Seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) e Restos a Pagar Não Processados R$ 0,00.

3.2.5 DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

As disponibilidades de Bancos apurada no Demonstrativo Destinação de Recursos - Balanço Patrimonial para o exercício seguinte que totalizou a importância de R$ 30.924.684,30 (trinta milhões, novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)

3.2.6 DA APLICAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Tabela XIX – Despesas pagas com aplicação em Saúde – 2016

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro-Dezembro / 2016
Receitas de impostos e transferências com incidência para aplicação em Saúde	103.202.838,98
Total pago pela saúde com recursos próprios	22.329.407,44
PERCENTUAL GASTOS COM A SAÚDE	**21,64%**

OBS: Acompanhamento da aplicação na saúde realizado através do Anexos Lei 4.320/64 – Anexo 02- Despesa **LIQUIDADA** filtrando a fonte de recurso 10200 e 30200.

A análise sobre a Tabela XIX que destaca a evolução das despesas com saúde no exercício 2016, permite constatar que a Saúde pagou com recursos próprios repassados pelo município o valor de R$ 22.329.407,44 (vinte e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), equivalente a uma aplicação de 21,64% sobre a receita de impostos e transferências com incidência para aplicação na Saúde.

Considerando que o índice previsto de repasse para o Fundo Municipal de Saúde na LDO/2016 foi de 21,00%, podemos afirmar que o município aplicou a maior 0,64% em relação ao previsto, em valores nominais R$ 660.498,17.

Tabela XX - Das Disponibilidades Caixa do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 - Saldo Espécie do Exercício anterior (caixa e equiv de caixa+real.)	**9.445.304,37**
2 - Transferências Financeiras Recebidas	44.210.664,93
3 - TOTAL DA RECEITA	**44.210.664,93**
4 - Despesas Orçamentárias Pagas (balancete da despesa)	40.845.270,51
5 - Restos a Pagar Processados	760.075,51
6 - Restos a Pagar Não-Processados	56.693,95
7 - TOTAL DAS DESPESAS (4+5+6)	**41.662.039,97**
8 - SALDO DIPONÍVEL EM 31/12/2017 (1+3-7)	**11.993.929,33**

Fonte: Relatório 5.1.10- Balanço Financeiro

Tabela XXI- Recursos de Superávit Financeiro

FMS-Balanço Patrimonial 2016	
1 - Ativo Financeiro	12.009.644,63
2 - Passivo Financeiro	712.616,79
3 - Demais Créditos e Valores (conta 1.1.3-Anexo TC 01)	(15.715,30)
4 - Superávit Financeiro (1+2-3)	**11.281.312,54**

Fonte: Relatório 5.1.11-Balanço Patrimonial e Relatório 5.3.01-Anexo TC01-Balancete

As disponibilidades de Bancos, transferidos do exercício anterior, que totalizavam a importância de R$ 9.445.304,37 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e trinta e sete centavos) passou, na gestão financeira em referência, a ser de R$ 11.993.929,33 (Onze milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos re vinte e nove reais e trinta e três centavos).

O saldo de Bancos, no valor de R$ 11.993.929,33, confere com os valores registrados no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial.

Considerando que o Fundo Municipal de Saúde não possui dívidas em decorrência de parcelamentos e financiamentos para serem quitadas, considerando ainda, o superávit de R$ 11.281.312,54, diante de tal situação, alertamos o FMS que não há necessidade de realizar superávit financeiro e que os recursos financeiros pertencentes ao FMS sejam revertidos em bens e serviços para a população.

3.2.7 DA APLICAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Tabela XXII – Despesas pagas com aplicação em Educação – 2016	
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro-Dezembro 2016**
Receitas de impostos e transferências com incidência para aplicação na Educação	105.099.728,03
Total das despesas pagas para efeito de cálculo na aplicação em Educação	26.556.867,61
PERCENTUAL DE GASTOS COM EDUCAÇÃO	**25,27%**

Conforme tabela XXII acima foi aplicado na educação o valor de R$ 26.556.867,61 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos) atingindo o percentual de 25,27%. De acordo com o art. 212 da CF o município deverá aplicar no mínimo 25% das receitas oriundas de impostos e transferências constitucionais no exercício, portanto, o município cumpriu com dispositivo constitucional.

Tabela XXIII - Despesas pagas com aplicação de 60% do FUNDEB na remuneração dos Professores – 2016	
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro - Dezembro 2016**
(a) Total de Recursos FUNDEB (FUNDEB + Rendimento Aplicação)	25.145.127,41
(b) Total de despesas da remuneração dos Professores custeadas com recusos do FUNDEB (excluído o elemento 3.1.90.94)	20.506.882,37
PERCENTUAL DE GASTOS COM PROFESSORES DO FUNDEB	**81,55%**

Da análise do comportamento quanto ao cumprimento do art. 60, XII do DCT da CF, art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, que trata da aplicação de no mínimo 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, verificou-se que até o 3º quadrimestre/16 o município aplicou o valor de R$ 20.506.882,37 sobre uma receita do FUNDEB de R$ 25.145.127,41, que resultou no percentual de 81,55%. Portanto, atendeu ao limite mínimo de 60%.

Tabela XXIV - Demonstrativo da Composição Financeira do FUNDEB - Janeiro à Dezembro/2016	
DISCRIMINAÇÃO	**VALOR (R$)**
1 - Saldo Financeiro do FUNDEB no exercício anterior	0,00
2 - Arrecadação Ordinária do FUNDEB	25.071.111,54
3 - Aplicação Financeira com recursos do FUNDEB	74.015,87
4 - TOTAL DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS FUNDEB	**25.145.127,41**
5 - Despesas Certificadas (PAGAS)	24.813.887,67
6 - Despesas Excluídas do FUNDEB	0,00
7 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (5-6)	**24.813.887,67**
8 - SALDO FINANCEIRO FUNDEB A EXISTIR (4-7)	**331.239,74**
9 - SALDO FINANCEIRO REAL DO FUNDEB (9.1 + 9.2 + 9.3)	**0,00**
9.1 - Conta Corrente nº 1.365-x (FUNDEB 60%)	0,00
9.2 - Conta Corrente nº 1.364-1 (FUNDEB 40%)	0,00
9.3 - Conta Corrente (FUNDEB Restos a Pagar)	0,00
10 - RESULTADO EXISTENTE (8-9)	**331.239,74**

Na tabela acima o saldo financeiro do FUNDEB ao final do exercício revela haver nas contas do FUNDEB em 31.12.2016, o valor de R$ 331.239,74, e não existe restos a pagar, portanto, o saldo financeiro a ser considerado para o exercício seguinte é de R$ 331.239,74.

3.2.7.1 DO PARECER DO CONSELHO DO FUNDEB

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB apresentou o parecer 01/CACS/2017 pela ***aprovação*** das contas do FUNDEB do exercício 2016 em 23/02/2017.

Os relatores foram Luciene Felipe Lagasse, Rossana R. Pena da Silva, Zélia Maria da Silva, Márcio Teixeira da Silva, Gigliane Muniz da Costa, Maria de Fátima Lima Cabral e Arcelino José de Brito.

3.2.8 DO REPASSE AO LEGISLATIVO

Tabela XXV - Cálculo do Valor a ser REPASSADO ao Legislativo Municiapl - 2016	
RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIO 2015	
Imposto Predial e Territorial Urbano	5.280.155,34
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.242.052,57
Imp. s/Transm. Inter vivos Bens Im. e Dir. Reais Bens Imóveis	2.518.596,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	14.991.417,81
Taxas	2.742.167,70
Contribuição de Melhoria	19.679,28
1 - Total das Receitas Tributárias - RTR	**28.794.069,52**
Cota-Parte do FPM	24.816.761,11
Cota do ITR	57.637,61
Cota-Parte do ICMS	32.234.406,53
Cota-Parte do IPVA	7.677.123,46
Cota-Parte do IPI s/Exportação	180.836,66
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.	69.023,62
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº. 87/96	48.356,77
2 - Total das Receitas de Transferência - RTF	**65.084.145,76**
Multas e Juros de Mora de IPTU	57.315,82
Multas e Juros de Mora de ISS	93.529,58
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	99.260,86
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa IPTU	345.531,29
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa ISS	77.924,64
Receita Dívida Ativa Tributária IPTU	1.567.554,26
Receita Dívida Ativa Tributária ISS	243.683,53
3 - Total das Receitas da Dívida Ativa - RDA	**2.484.799,98**
4 - RECEITA TOTAL (item 1 + 2 + 3)	**96.363.015,26**
5 - População estimada (IBGE) - Exercício anterior	87.877,00
6 - Percentual de acordo com o número de habitantes	**7,00**
7 - Limite Máximo Constit. ser Repassado ao Poder Legislativo	**6.745.411,07**
8 - Limite Máximo de acordo com a LOA/2016	6.925.000,00
9 - Repasse Financeiro (Balanço Financeiro da Câmara)	**6.732.000,00**
10 - % Apuração do cumpr. limite Repasse Poder Legislativo	**6,99%**
Situação (Se 10 < ou = 7; "Cumprido"; "Não cumprido")	**Cumprido**
Diferença entre o Valor Repassado e Autorizado na LOA (9 - 8)	- 193.000,00
Valor de devolução de recursos da Câmara ao Poder Executivo	934.047,63

Conforme demonstrado na tabela acima, no exercício 2016 foi repassado para o Poder Legislativo o percentual de 6,99%, cumprindo desta forma com o limite máximo de 7,00% estabelecido no art. 29 da Constituição Federal modificado pela Emenda Constitucional nº 58/2009.

XI - DAS METAS PREVISTAS

As metas fiscais estão devidamente demonstradas a seguir. Ao analisar o desempenho entre o previsto e o realizado verificou-se que:

1. Na receita total o município atingiu 99,57% em relação a previsão para 2016, sendo considerado um bom resultado diante da situação econômica do país. Se

analisarmos as receitas separadamente, a corrente atingiu 102,96% e de capital 71,78%;

2. Na despesa, por sua vez, a execução também atingiu um ótimo desempenho, variando em média 94,46%. Se analisarmos as despesas separadamente, a corrente atingiu 101,18% e de capital 60,78%;
3. O resultado primário foi de R$ 9.905.990,25. No entanto, a previsão foi de 1.666.000,00 superando a meta em 594,60%. A diferença apresentada deve-se ao fato que na LDO são computadas as despesas totais previstas, inclusive os convênios e na execução somente as despesas liquidadas e não as empenhadas;
4. O resultado nominal foi de R$ -8.649.728,60. No entanto, a previsão foi de R$ -3.504.000,00 superando a meta em 246,85%.

Conforme demonstrado acima, existe a necessidade de contínuo aperfeiçoamento para que os métodos e procedimento empregados no serviço público sejam melhorados de forma a proporcionar a eficiência do gasto público e suas demonstrações.

XIII – ACOMPANHAMENTO DAS METAS DOS PROGRAMAS FINALISTICOS E AÇÕES DO PPA/2016

As informações demonstradas neste item foram fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, que compõem o Relatório Quadrimestral de acompanhamento das metas físicas.

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0017 – ESCOLA PARA TODOS**				
1.2 – Problema	Crianças em idade escolar fora da sala de aula; elevando número de evasão escolar; índice elevado de repetência				
1.3 – Objetivo	Desenvolver ações de acompanhamento das políticas de educação que garantam a melhoria e qualidade de ensino, consolidando a participação do Sistema Municipal de Ensino na universalização do atendimento à população da faixa etária de 0 a 14 anos; promover a correção das defasagens do fluxo escolar por meio de classes de aceleração da aprendizagem e fomentar as políticas de valorização dos profissionais atuantes na educação.				
1.4 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2º Quadr.(A)*	*3º Quadr.(A)*	*Acumulado D=A+B+C*
7.122	**Alunos 0 a14 anos**	**7.122**	**7.108**	**7.199**	**7.116**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.5	**0017.14.04– PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGO SOCIAIS ENSINO INFANTIL 25%**				
2.2 – Objetivo	Pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, despesas de pessoal decorrentes de reestruturação, vantagens pessoais, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores- civis.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
110	**Servidores**	**61**	**61**	**74**	**65**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0017.14.1 - DESENVOLVIMENTO ATIVIDADE APRENDIZADO ESPECIAL EDUCAÇÃO INFANTIL - 25%**				
2.1..2 – Objetivo	Garantir o acesso das crianças de 0 a 5 anos, promovendo a socialização e desenvolvimento especialmente para as crianças de grupos sociais menos privilegiados e em situação de vulnerabilidade.				
2.1.3 – Meta / Indicador	Produto	*1º Quadr.(A)*	*2º Quadr.(A)*	*3º Quadr.(A)*	Acumulado D=A+B+C
2.732	**Aluno Atendido**	2.053	2.061	2.061	**2.058**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.11	**0017.15.10 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 40%**				
2.2 – Objetivo	Garantir o acesso das crianças de 0 a 5 anos, promovendo a socialização e desenvolvimento especialmente para as crianças de grupos sociais menos privilegiados e em situação de vulnerabilidade. Garantir também, em parceria com a SEMAST o atendimento as creches municipais.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
1.770	**Alunos Atendidos**	2.053	2.061	2.061	**2.058**

ILUSTRAÇÃO:

Projeto Primavera - CEI Leãozinho

Projeto Alimentação - CEI Balão Mágico

Projeto Sítio do Pica pau amarelo - Josino Brito

Projeto Consciência Negra - CEI Balão Mágico

Projeto Educação no Trânsito - Leãozinho

2.2.3 – ANÁLISE: O desenvolvimento dos projetos proporcionou momentos com atividades diferenciadas, em que os alunos tiveram contato maior com processos de aprendizagem concretos, o que deu maior significação aos conteúdos ministrados. Os alunos tiveram oportunidade de confrontar os conhecimentos adquiridos no decorrer do processo com fatos ligados à sua realidade.

Aniversário de Cacoal - CEI Leãozinho

Natal - Balão Mágico

2.3.4. – ANÁLISE: As datas comemorativas proporcionam oportunidades contextualizadas do processo Ensino-Aprendizagem. Os alunos estão participando com afinco e responsabilidade.

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.3 – Ação	**0017.14.3 – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES APRENDIZADO DO ENSINO FUNDAMENTAL 25%**				
2.3.1 – Objetivo	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito de aluno matriculado no ensino fundamental.				
2.3.2 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
6.530	***Alunos Atendidos***	5.069	5.047	5.047	**5.054**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.5	**0017.14.04– PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ENSINO FUNDAMENTAL 25%**				
2.2 – Objetivo	Pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, despesas de pessoal decorrentes de reestruturação, vantagens pessoais, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores- civis.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
245	**Servidores**	**152**	**152**	**166**	**156**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.11	**0017.14.5 – MANUTENÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
2.2 – Objetivo	Manter a estrutura do conselho no que se refere as despesas de custeio e outros necessárias ao bom funcionamento do mesmo. Estruturação físico-mobiliária objetivando a dinamização dos trabalhos.

2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*TOTAL*
Cons. Atend	**1**	1	1	1	**01**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.11	**0017.14.6 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS/CRECHES - CONVÊNIO**				
2.2 – Objetivo	Construir, ampliar e adequar as unidades escolares obedecendo os padrões básicos de infra-estrutura para o Ensino Fundamental e Infantil, de forma a assegurar que as escolas tenham condições mínimas adequadas para a aprendizagem dos alunos.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
1	**Unidade**	1	1	3	3

- ✓ de Educação Infantil Projeto ProInfância Tipo 1 - Loteamento São Marcos (Método Convencional) - Valor de R$ 2.078.910,39, sendo: R$ 1.945.352,48 Termo de Compromisso PAC2 4055/2013 **e** R$ 133.557,91 de Contra Partida do Município que reflete 6,42% do valor da obra. **Obra em Execução.**
- ✓ Bairro Parque Alvorada alterado para - Centro de Educação Infantil Projeto ProInfância Tipo 1 - Bairro Alfha Parque (Método Convencional) - Valor de R$ 2.078.910,39, sendo: R$ 1.945.352,48 Termo de Compromisso PAC2 4054/2013 **e** R$ 133.557,91 de Contra Partida do Município que reflete 6,42% do valor da obra. **Obra em Execução.**
- ✓ Bairro Habitar Brasil alterado para: Centro de Educação Infantil Projeto ProInfância Tipo 2 - Bairro Greenville (Método Convencional) - Valor de R$ 1.359.389,81, sendo: R$ 1.284.645,23 Termo de Compromisso PAC2 6848/2013 **e** R$ 74.744,58 de Contra Partida do Município que reflete 5,81% do valor da obra. **Obra em Execução.**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.3 – Ação	**0017.15.7 – DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DO FUNDEB**				
2.3.1 – Objetivo	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito de aluno matriculado no ensino fundamental.				
2.3.2 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
6.530	**Alunos Atendidos**	5.069	5.047	5.047	**5.054**

ILUSTRAÇÃO:

Projeto Educação Ambiental - José Mauro de Vasconcelos

Projeto Cuidando da sua Escola - Nossa Senhora do Carmo

Projeto Valorizano a música, poesia e versos bíblicos - Monteiro Lobato

Momento Cívico - Ângela Maria da Mata Perdoncini

Projeto Educação para o Trânsito - Rodolfo Luchtenberg

Dia das crianças – Luiz Lenzi

Formação supervisores

Formação zeladores

Formação PNAIC

Monitoramento da educação infantil

Premiação Campo Limpo

Monitoramento Ensino Fundamental

Desfile Aniversário de Cacoal

Desfile Aniversário de Cacoal

Monitoramento PME

Semana Cívica

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.2 – Ação 21.2	**0017.15.09 – PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGO SOCIAIS DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%**				
2.2.1 - Objetivo	Pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, despesas de pessoal decorrentes de reestruturação, vantagens pessoais, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores civis.				
2.2.2 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
229	**Servidores**	104	104	80	**96**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.2 – Ação 21.2	**0017.15.08 – PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGO SOCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%**				
2.2.1 - Objetivo	Pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, despesas de pessoal decorrentes de reestruturação, vantagens pessoais, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores civis.				
2.2.2 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
303	**Servidores**	261	221	228	**236**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0017.15.11 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR – FUNDEB**				
2.2 – Objetivo	Construir ampliar e adequar as unidades escolares obedecendo os padrões básicos de infra-estrutura para o ensino fundamental, de forma a assegurar que as escolas tenham condições mínimas adequadas para a aprendizagem dos alunos.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
01	**Obras realizadas por Escola**	**01**	**-**	**-**	**01**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 21.11	**0017.15.12 – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CACOAL – PROVEMC - FUNDEB**				
2.2 – Objetivo	Dar Suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino nas unidades escolares urbanas e rurais da rede pública, proporcionando maior rapidez e eficácia na operacionalização de suas atividades.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
26	**APP ou Conselho Atendido**	-	-	-	-

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

.1.1 – Programa	**0018 – ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**
1.2 – Problema	Verificou-se que boa parte da clientela estudantil é motivada a ir a escola em decorrência da oferta da merenda, fazendo dessa muitas vezes, sua principal refeição, ocasionando a desnutrição e a dificuldade de aprendizagem.

1.3 - Objetivo	Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis e redução da evasão escolar.				
1.4 – Meta/ Indicador	***Produto***	***1° Quadr. (A)***	***2° Quadr. (B)***	***3° Quadr. (C)***	***Acumulado***
87	**Evasão Escolar**	-	-	-	

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0018.14.1 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - FNDE**				
2.2 – Objetivo	Garantir o fornecimento de merenda escolar nas unidades de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1° Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
Refeições Distribuídas para Alunos da Rede Municipal de Educação	**18.810**	11.079	11.232	10.864	**11.058**

Hora da Refeição

Alimentos Agricultura Familiar

1.1 - Programa	**0019 – CAMINHO DA ESCOLA**				
1.2 – Problema	Auto índice de evasão escolar; dificuldade de acesso a escola.				
1.3 – Objetivo	Complementar o programa "Escola para Todos" por meio da oferta do transporte escolar gratuito, visando garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da rede municipal de ensino Infantil e fundamental público residentes em área rural que utilizem esse tipo de transporte.				
1.4 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2º Quadr.(A)*	*3º Quadr.(A)*	*Acumulado D=A+B+C*
87	**Evasão Escolar**				

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0019.14.1 - ATENDIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR - 25%**				
2.2 – Objetivo	Promover e fortalecer a gestão escolar, assegurando a implementação de forma contínua e eficaz, através da política de transporte escolar, cuja a meta é o deslocamento do aluno da zona rural para as unidades escolares, usando democratizar o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.				
	Garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal que se deslocam da zona rural à zona urbana, assegurando igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental, bem como, evitando a evasão escolar.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
3.207	**Aluno Atendido**	2.699	2.764	2.764	**2.742**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0019.14.2– ATENDIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR - SALÁRIO EDUCAÇÃO**				
2.2 – Objetivo	Contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, através de parceria com a União, cuja finalidade é a melhoria da infra-estrutura instrumental necessária ao aprendizado, por meio da política de transporte escolar, que leva o aluno da zona rural para a zona urbana, democratizando o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.				
	Através do Salário Educação, melhorar as condições da frota de veículos pertencentes à SEMED, a qual atende os alunos do Ensino Fundamental, bem como garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal que se deslocam da zona rural à zona urbana, assegurando igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental, bem como, evitando a evasão escolar.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
3.207	**Aluno Atendido**	2.699	2.764	2.764	**2.742**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0019.14.3– ATENDIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE**				
2.2 – Objetivo	Promover e fortalecer a gestão escolar, assegurando a implementação de forma contínua e eficaz, através da política de transporte escolar, cuja meta é o deslocamento do aluno da zona rural para a zona urbana, usando democratizar o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.				
	Em parceria com o FNDE, garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal que se deslocam da zona rural à zona urbana, assegurando igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental, bem como, evitando a evasão escolar.				
	Executar o Termo de Compromisso com FNDE – Programa Caminho da Escola - com objetivo de efetuar aquisição de veículos – Ônibus Escolar Rural para atender os alunos residentes na zona rural do município de Cacoal.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
3.207	**Aluno Atendido**	2.699	2.764	2.764	**2.742**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação 19.4	**0019.14.4– ATENDIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR –SEDUC**				
2.2 – Objetivo	Implementação de forma contínua e eficaz da política de transporte escolar, cuja meta é o deslocamento do aluno da zona rural para a zona urbana, usando democratizar o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano por meio de recursos de convênio firmado com a SEDUC.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
3.207	**Aluno Atendido**	729	729	729	**729**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0019.14.5– ATENDIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDEB 40%**				
2.2 – Objetivo	Promover e fortalecer a gestão escolar, assegurando a implementação de forma contínua e eficaz, através da política de transporte escolar, cuja meta é o deslocamento do aluno da zona rural para a zona urbana, usando democratizar o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.				
	Garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal que se deslocam da zona rural à zona urbana, assegurando igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental, bem como, evitando a evasão escolar.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
3.207	**Aluno Atendido**	2.699	2.764	2.764	**2.742**

Segue abaixo a planilha com o número de alunos atendidos por escola:

Ordem	Nome da Escola	Dependência Administrativa	Localização	Alunos Transportados	
				Urbana	Rural
1.	EMEIEF ANITA GARIBALDI	Municipal	RURAL	-	147
2.	EMEF CLAUDIO MANOEL DA COSTA	Municipal	RURAL	-	368
3.	EMEIEF CRUZEIRO DO NORTE	Municipal	RURAL	-	104
4.	EMEIEF DR JOAO DE DEUS SIMPLICIO	Municipal	RURAL	-	212
5.	EMEIEF JOSE MAURO DE VASCONCELOS	Municipal	RURAL	-	109
6.	EMEIEF MARIA MONTESSORI	Municipal	RURAL	-	167
7.	EMEIEF MONTEIRO LOBATO	Municipal	RURAL	-	233
8.	EMEIEF PEDRO ALVARES CABRAL	Municipal	RURAL	-	171
9.	EMEIEF PRESIDENTE MEDICI	Municipal	RURAL	-	256

10.	EMEIEF PROF AGUSTINHO GOES DE OLIVEIRA	Municipal	URBANA	-	165
11.	EMEIEF SANTOS DUMONT	Municipal	RURAL	-	265
12.	E M E I E F RODOLFO LUCTHEMBERG	Municipal	URBANA	-	16
13.	EMEIF LUIZ LENZI	Municipal	URBANA	-	220
14.	EMEF MARIA SOCORRO VIANA DE ALMEIDA	Municipal	URBANA	-	200
15.	EEEFM AURELIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA	Estadual	URBANA	-	95
16.	EEEFM CLODOALDO NUNES DE ALMEIDA	Estadual	URBANA	-	71
17.	EMEIEF PEDRO KEMPER	Municipal	URBANA	-	80
18.	EEEF NOSSA SENHORA DO CARMO	Municipal	Distrito	-	51
19.	EEEFM HONORINA LUCAS DE BRITO	Estadual	URBANA	-	28
20.	EEEM JOSINO BRITO	Estadual	URBANA	-	102
21.	EEEF PAULO FREIRE	Estadual	URBANA	-	81
22.	EEEM CELSO FERREIRA DA CUNHA	Estadual	URBANA	-	19
			TOTAL MUNICIPAL/ESTADUAL:	**2.764**	**729**
			TOTAL GERAL:	**3.493**	

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0020 – GESTÃO DA POLITICA DE TRANSPORTES**
1.2 - Problema	Necessidade elevada de obras de infraestrutura que possam garantir maior e melhor acessibilidade e segurança a sua população, além do número elevado de acidentes no trânsito.
1.3 - Objetivo	Dinamizar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e controle dos programas nas áreas de infraestrutura urbana e rural para canalizar recursos próprios e/ou de parcerias com outras instituições e esferas de governo, para implantações e/ou adequações que contribuam para a qualidade de vida da população, tais como: Execução de serviço de adequação de acesso, pavimentação asfaltica, drenagem, obras complementares, construção e readequação de pontes, bloqueteamento, sinalização, campanhas de conscientização quanto as leis do trânsito, fiscalização e outros afins.
1.4 - Meta / Indicador	**Produto**
Média de km pavimentados ao ano	**3 (3.360 km)**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.01– CONSERVAÇÃO E RECUP DAS ESTRADAS VICINAIS**				
2.2 - Objetivo	Oferecer condições de trafegabilidade as estradas vicinais para facilitar dos deslocamentos da população rural e o escoamento da produção.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
900	**Km de Vicinais Conservados e Recuperados**	80	50	80	**210**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.2– REEQUIPAMENTO E AMPLIAÇÃO DA FROTA**				
2.2 - Objetivo	Dotar a área operacional de condições necessárias para prestar adequado serviços externos, bem como, suporte as atividades administrativas através da ampliação da frota municipal.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
Bens Adquiridos	**2**	-	-	-	-

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16. 3– IMPLANTAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA URBANA - OP**				
2.2 - Objetivo	Dar prosseguimento as obras de infraestrutura urbana que contribuem para a qualidade de vida da população, inclusive com adequação de vias, de forma a otimizar a infra-estrutura existente.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
61	**Km Pavimentado/ Recapados / Tapa Buraco**	**1,8**	**0**	**3**	**6,8Km**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.4– CONSTRUÇÃO PONTES CONCRETO URBANO - OP**				
2.2 - Objetivo	Facilitar o acesso entre os bairros, através da construção de pontes e atender a demanda conhecida por meio das reuniões das Regionais para o PPA.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
01	**Obra Realizada**	-	-	-	-

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.5– CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS**				
2.2 - Objetivo	Garantir a qualidade nas prestação de serviços de transporte urbano de passageiros e cargas, através da manutenção de ruas e avenidas				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
330	**Km de Vias não pavimentadas**	40 km	30 km	30 KM	**100 km**
	Pavimentada (tapa buracos)	229,259 m³	0	89.000 m³	318,259 m³

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.7 - IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONV**				
2.2 - Objetivo	Dar prosseguimento as obras de infraestrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive com adequação de vias, de forma a otimizar a infra-estrutura existente.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
01	**Conv Executado**	**1**	**1**	**1**	**1**

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6.6 - Ação	**0021.01.9 - MANUTENÇÃO ESTRUTURA TRÂNSITO URBANO**				
6.7 - Objetivo	**Manter e garantir a qualidade na manutenção do trânsito urbano de ruas e avenidas para melhor atender a população como: a sinalização horizontal e vertical, os abrigos de ônibus, estacionamento, readequar as vias eliminandos as barreiras prejudiciais a acessibilidade, desenvolver projetos de trânsito incluindo estudos sobre mobilidade .**				
6.8 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quant. no Ano*
	Unidade	**01**	**01**	**01**	**01**

RESULTADOS OBTIDOS EM RELAÇÃO AO PROGRAMA:

Efetividade: realizaram a sinalização vertical e horizontal dos bairros, pintura de faixas de pedestres, pintura de estacionamentos e ampliação, sinalização das lombadas, sinalização da linha de retenção e pare nos principais cruzamentos.

IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO	SERVIÇOS	180
PINTURAS LOMBADAS, FAIXAS DE PEDESTRES E INSCRIÇÃO – PARE	PINTURAS	45

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0020.16.6– INFRAESTRUTURA PARA TRANSITO URBANO**				
2.2 - Objetivo	Realizar obras e serviços que possam contribuir para um melhor ordenamento de trânsito, garantindo maior segurança e reduzindo os indices de acidentes de trânsito no setor urbano do Município.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
Obra Realizada	**01**	01	01	01	**01**

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0021 – LUZ PARA TODOS**				
1.2 - Problema	Ampliar a prestação de serviços de iluminação pública em condições adequadas de qualidade e quantidade necessárias com a demanda requerida.				
1.3 - Objetivo	Implementar os serviços de iluminação pública				
1.4 - Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
Pontos de iluminação	**12.000**	**200**	**400**	**350**	**950**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0021.16.1– CONSERVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**				
2.2 - Objetivo	Manter os serviços de iluminação pública,através da substituição de material que se fizer necessário ,visando contribuir com a qualidade e segurança dos munícipes				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
Global	**12.000**	**200**	**400**	**350**	**950**

2 –IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0021.16.2. – EXTENSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**				
2.2 - Objetivo	Ampliar a prestação de serviços de iluminação pública em condições adequadas de qualidade e quantidade necessárias com a demanda requerida.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
Obra Realizada	**01**	**01**	**-**	**-**	**01**

-Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0022 – PROGRAMA DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**
1.2 - Problema	Ampliar a prestação de serviços de iluminação pública em condições adequadas de qualidade e quantidade necessárias com a demanda requerida.
1.3 - Objetivo	Proporcionar maior incentivo ao setor primário, por meio de ações e parcerias que viabilizem o aumento da produtividade e de sua competividade, através de: oferta de máquinas e implementos agrículas para a preparação do solo; oferta de assistência técnica para aperfeiçoamento das técnicas aplicadas a produção; fornecimento de material (semem bovino e clones de café) para melhoria da produção de leite e café; e outros que se fizerem necessárias.
1.4 - Meta / Indicador	*Produto*

Percentual de Desenvolvimento	**4,6 litros Leite/Dia**
Índice Admissível	**35 (saca café/há)**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0022.17.1 – ATENDIMENTOS AS AÇÕES SETOR RURAL**				
2.2 - Objetivo	Fortalecer a agricultura familiar, contribuindo para sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.				
2.3 – Meta / Indicador	***Produto***	***1º Quadr.(A)***	***2° Quadr.(B)***	***3° Quadr.(C)***	***Acumulado***
3.000	**Propriedades Atendidas**	1.102	1.366	1.035	**3.503**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0022.17.2 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO CONV**				
2.2 – Objetivo	Melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário, por meio de parceria com outras instituições e esferas de governo que buscam o mesmo objetivo.				
2.3 – Meta / Indicador	***Produto***	***1º Quadr.(A)***	***2° Quadr.(B)***	***3° Quadr.(C)***	***Acumulado***
01	**Convênio Executado**	**1**	**1**	**1**	**1**

Órgão:FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E REFORMA AGRÁRIA

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0022.18.3 – INCENTIVO AO FORTALECIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO**				
2.2 – Objetivo	Implementar os serviços de infra-estrutura, visando contribuir para o aumento e comercialização da produção do setor primário (agricultura, pecuária, fruticultura e outros).				
2.3 – Meta / Indicador	***Produto***	***1º Quadr.(A)***	***2° Quadr.(B)***	***3° Quadr.(C)***	***Acumulado***
2.000	**Pequenas e Médias Propriedades Assistidas**	**1.612**	**1.825**	**1.694**	**5.131**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**00.22.18.4 – APOIO ADMINISTRATIVO – FMDRRA**				
2.2 - Objetivo	Manter a estrutura do fundo no que se refere as despesas de custeio e outros necessárias ao bom funcionamento da mesma. Estruturação físico-mobiliária objetivando a dinamização dos trabalhos.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
Unidade Administrativa	**01**	**01**	**01**	**01**	**01**

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**00023 – GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE**				
1.2 - Problema	Promover o uso sustentável dos recursos materiais, conciliando os interesses de exploração comercial com a necessidade de sua conservação.				
1.3 - Objetivo	Revitalizar bacias hidrográficas e áreas em situação de vulnerabilidade ambiental. Incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, tratamento e de disposição final, bem como, em parcerias com outras entidades. Promover controle das atividades poluidoras, contribuindo para melhoria da qualidade do meio ambiente, estimular e apoiar processos de educação ambiental.				
1.4 - Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado*
%PROGRAMA ATENDIDO	**100%**	25%	50%	15%	**90%**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**023.19.1 - Atendimento Serviços de Limpeza Pública e Paisagismo.**				
2.2 - Objetivo	Implantar e manter serviços de limpeza pública e paisagismo, objetivando o cumprimento da legislação por meio da coleta e destinação final adequada do lixo urbano implantando e mantendo o aterro sanitário, realizando ações que possam conscientizar a população quanto a coleta seletiva e o melhor aproveitamento de produtos recicláveis e promovendo o embelezamento da cidade e a ampliação das áreas verdes urbanas.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado*
100% Aproximadamente 26.000 Unidades	Kg de residuos sólidos a.a	5.262,567 kg	5.163,85 kg	3.877,25 kg	14.303,667 kg
	Lixo Hospitalar coletado aa	1.165,700 kg	3.869,9 kg	1.700,500 kg	6.736,1 kg

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0023.23.3 - ATIVIDADE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**				
2.2 - Objetivo	Visa a proteção ambiental em margens ciliares e regularização de áreas urbanas do município.				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	***EXECUTADO ANUAL***
01	Projeto Executado	0	0	0	**0**

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 – Programa	**0024 – INCENTIVAR PARA CRESCER**
1.2 – Problema	Emigração da população jovem qualificada para o mercado de trabalho; necessidade de diversificação da economia local.
1.3 – Objetivo	Fomentar a atividade turística e incentivar o comércio e a industria local para viabilizar condições de geração de emprego, renda e desenvolvimento local. Motivando a permanencia da população jovem qualificada e melhorando a qualidade dos serviços e

	produtos encontrados no Município.
1.4 - Meta / Indicador	*Produto*
Número de eventos realizados no ano	09

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 – Ação	**0024.20.1– INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**				
2.2 – Objetivo	Incentivar o desenvolvimento local, por meio de estudos quanto a incentivos fiscais, implantação de rede de infomações e indicações dos pontos turísticos, divulgação e promoção de eventos, realizar o inventário da oferta turística e novas potencialidades. Levantamento de dados e informações com fins de diagnosticar as condições econômicas, físicas, geográficas, históricas, sociais e legais dos atrativos municipais (infra-estrutura de acesso e turística, empreendimentos, manifestações, serviços, construções, etc).				
2.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.*	*2° Quadr.*	*3° Quadr.*	*Quantidade no Ano*
09	**Eventos Realizados**	00	01	01	**02**

Órgão: AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0025 – ESPORTE E LAZER DA CIDADE**	
1.2 - Problema	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades.	
1.3 - Objetivo	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.	
1.4 - Indicador		***PRODUTO***
Atletas envolvidos nas ações promovidas e/ou apoiadas		11.000

2 - IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1- Ação	**0025.22.1 – ATENDIMENTO AOS ATOS ESPORTIVOS**				
2.3- Objetivo	Promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, principalmente para a população em situação de vulnerabilidade social.				
2.3 – Meta	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
13.500	**Atletas Participantes.**	**2.511**	**2.526**	**2.308**	**7.345**
	Atletas atendidos nas escolinhas de iniciação esportiva	**1.204**	**2.898**	**5.681**	**9.783**
	TOTAL	**3.715**	**5.424**	**7.989**	**17.128**

ATLETISMO - GUARDA-MIRIM / ESCOLA Mª. AURORA

Meta: 60 crianças.

Resultado: O resultado se deu de modo satisfatória, pois conseguimos alcançar objetivo desejado. São 54 alunos de idades entre 07 e 17anos na Guarda Mirim e 45 alunos na Escola Mª. Aurora totalizando 99 crianças e adolescentes.

Fotos:

BASQUETEBOL – GINÁSIO RONALDO ARAGÃO / ESCOLA NOSSA SENHORA DO CARMO
Meta: 100 crianças.
Resultados: A escolinha de Basquetebol teve sua meta alcançada, pois além de estarmos atendendo o núcleo na cidade, também estamos com o núcleo no distrito do Riozinho atendendo crianças do terceiro ao quinto ano na Escola Nossa Srª do Carmo com o número de 190 crianças e o núcleo do Ginásio Senador Ronaldo Aragão o número de 41 crianças totalizando em 231 alunos atendidos.

Local: Ginásio Senador R. Aragão

Local: Escola Nossa Senhora do Carmo

FUTSAL – GINÁSIO CAPITÃO RUI LUIZ TEIXERA
Meta: 100 Crianças.
Resultados: A meta de alunos não foi alcançada, é bom salientar que no período de reforma do Ginásio Capitão Rui Luiz Teixeira as aulas foram transferidas para o Ginásio Senador Ronaldo Aragão e o público que tínhamos em um núcleo não compareceu no outro núcleo com a mudança. Nesse quadrimestre conseguimos atender o número de 60 crianças.

Local: Ginásio Senador R. Aragão

Local: Ginásio Senador R. Aragão

FUTEBOL - TELE CLUB
Meta: 100 Crianças.
Resultado: As aulas do Tele Club estão a baixo da meta estabelecida pela equipe técnica, mas dentro do esperado, pois o monitor está atendendo 40 crianças assíduas no projeto, suas aulas são dinâmicas alem que o mesmo sempre está proporcionando amistosos contra outros clubes da modalidade, mesmo assim fechou o quadrimestre com 40%.

Local: Tele Clube

Local: Tele Clube

FUTEBOL – ASSEMUC

Meta: 100 crianças.
Resultado: O núcleo ASSEMUC é um núcleo que encontramos dificuldade no público no período da manhã, mas foram desenvolvidos trabalhos a fim de buscar os alunos para preenchimento de vagas nas respectivas categorias. No período da tarde o monitor não está conseguindo realizar o trabalho como esperado devido que estamos no mês muito quente, mas em número de crianças participantes não está satisfatório tendo um quantitativo de 60 alunos assíduos no projeto tendo uma queda no quadrimestre anterior.

Local: ASSEMUC

Local: Ginásio Senador Ronaldo Aragão (COPA CID)

FUTEBOL - PEDRO KEMPER
Meta: 100 Crianças.
Resultado: Notamos que a meta em números de alunos foi alcançada no PEDRO KEMPER tivemos uma boa adesão, mas é bom citar que os resultados obtidos nos treinamentos foram satisfatórios e produtivos. Ao término destes dois meses, concluímos que o futebol contribui muito para a formação da criança, tornando-a mais independente, autônoma e participativa. Pode proporcionar situações que aumentem e melhorem suas possibilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, ajudando, desta forma no crescimento e desenvolvimento em cada fase. Neste quadrimestre tivemos um número de 140 alunos participantes neste núcleo.

Local: ASSEMUC

Local: Ginásio Senador Ronaldo Aragão (Copa CID)

FUTEBOL – AABB
Meta: 120 crianças.
Resultado: A modalidade atendida na dependência da AABB Comunidade foi de 100%, da meta estipulada. Esse núcleo tem a parceria da AABB comunidade e o Projeto Pensando no Amanhã - AMEC. Os resultados foram Satisfatórios, pois conseguimos alcançar objetivo desejado que é a execução dos exercícios e incluir todos os alunos no meio esportivo trazendo o esporte como um bem estar diário.

Local: AABB

Local: Tele Clube

HANDEBOL – GINÁSIO SENADOR RONALDO ARAGÃO / IFRO
Meta: 100 Crianças.
Resultado: Neste último quadrimestre os treinamentos foram mudados de local, visto que o ginásio onde acontecia os treinamentos entrou em reforma. Onde o núcleo passou a funcionar no ginásio Senador Ronaldo Aragão. Mais uma vez, a meta em números de alunos foi alcançada. Este resultado se dá graças à parceria da AMEC com o Instituto Federal de Rondônia – IFRO, pois no Campus de Cacoal acontece um dia de treinamento do projeto Pensando no Amanha da AMEC onde esteve atendendo nesse ato 35 alunos. É bom salientar que os resultados obtidos nos treinamentos estão sendo satisfatórios, visto que os alunos estão cada dia melhores. A meta alcançada de atendimento foi de 153 alunos no total.

Local: Ginásio Senador Ronaldo Aragão

Local: Quadra da FACIMED

JUDÔ – ESCOLA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE/ ESCOLA JOSÉ DE ALMEIDA
Meta: 400 Crianças.
Resultado: O dois Núcleos de Judô sendo a Escola Carlos Drummond de Andrade e Escola José de Almeida somando os dois tem total de 500 crianças e adolescentes entre 04 e 18 anos participando do Programa Pensando no Amanha na modalidade de Judô. Através de uma analise chegamos a conclusão que as aulas e competições tiveram bons resultados assim mostrando o que é ensinado está sendo aprendido, a aceitação da modalidade pelas crianças crescendo o interesse em participar das aulas. Quero salientar que atendemos 410 alunos na escola José de Almeida e 90 alunos na Escola Carlos Drummond de Andrade.

Local: Escola José de Almeida

Local: Escola Carlos Drummond de Andrade

JUDÔ – ESCOLA LUIZ LENZI
Meta: 400 Crianças
Resultados: Com o núcleo em parceria com a escola e o núcleo da comunidade estamos atendendo aproximadamente 500 crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos. Tivemos uma queda em atendimento significativa. Através de competições temos bons resultados assim mostrando o que é ensinado está sendo aprendido, a aceitação da modalidade pelas crianças crescendo a procura pela modalidade de judô.

Local: Escola Luiz Lenzi

Local: Escola Luiz Lenzi

NATAÇÃO – COUNTRY CLUB
Meta: 200 Crianças.
Resultado: A escolinha de natação nos últimos anos vem atingindo suas metas devido a grande procura das crianças na modalidade, tendo um resultado positivo e satisfatório para o Programa. Foram atendidas 205 crianças nesse quadrimestre tendo uma queda significativa de atendimento comparado ao quadrimestre anterior.

Local: Country Clube

Local: Escola Luiz Lenzi

VOLEIBOL – GINÁSIO SENADOR RONALDO ARAGÃO E ULBRA CONCÓRDIA
Meta: 100 Crianças.

Resultado: A meta em números de alunos da modalidade de Voleibol não foi alcançada, porém tivemos um aumento em relação ao quadrimestre anterior atendendo 80 crianças e jovens com idade de 07 á 17 anos sendo 55 atendidos no Ginásio Senador Ronaldo Aragão e ainda obtivemos uma parceria da Escola ULBRA concórdia na qual surgiu um novo núcleo e atendemos 25 alunos, sendo assim um percentual de 80% para chegar a meta.

Local: Ginásio Senador Ronaldo Aragão

Local: Escola ULBRA Concórdia

PETECA – AABB
Meta: 120 Crianças.

Resultado: A modalidade atendida na dependência da AABB Comunidade foi de 100%, da meta estipulada. Esse núcleo tem a parceria da AABB comunidade e o Projeto Pensando no Amanhã - AMEC. Os resultados foram Satisfatórios, pois conseguimos alcançar objetivo desejado que é a execução dos exercícios e incluir todos os alunos no meio esportivo trazendo o esporte como um bem estar diário.

Local: AABB

Local: AABB

2 - IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1- Ação	**0025.22.2– ATENDIMENTO AS ATIVIDADES DE LAZER**				
2.3- Objetivo	Promover o acesso as atividades recreativas e de lazer, principalmente principalmente para a população em situação de vulnerabilidade social.				
2.3 – Meta	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
5.450	**Pessoas Participantes**	**500**	**370**	**100**	**970**

Órgão: SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0025.22.3 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA/LAZER - CONV**				
2.2 - Objetivo					
2.3 – Meta / Indicador	Produto	1º Quadr.(A)	2° Quadr.(B)	3° Quadr.(C)	Acumulado
01	**Conv Executado**	**Conv Executado**	**Conv Executado**	**Conv Executado**	**Conv Executado**

Órgão: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL

1– IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0026 – SANEAMENTO PARA TODOS**

1.2 - Problema	Proliferação doenças causadas por vetores
1.3 – Objetivo	Expandir o sistema de tratamento e distribuição de água e de coleta do esgotamento sanitário por meio de obras estruturantes para oferecer condições de vida saudável a população.

1.4 - Meta / Indicador	*Produto*
Percentual de Esgot. Sanitário	Domicílios Atendidos

2 - IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.23.1 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO.**				
2.2 - Objetivo	Melhorar a qualidade de vida da população com a diminuição do índice de doenças de veiculação hídrica				
2.3 - Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
8.500	**Domicílios Atendidos**	**13.193**	**13.193**	**13.367**	13.367 dom. atendidos

Houve as seguintes ações na manutenção de Esgoto:

- Substituições de Tampa de Esgoto;
- Fiscalizações de Esgoto;
- Reclamações de Esgoto;
- Manutenções de Caixa de Esgoto;
- Monitoramento das lagoas de tratamento do esgoto municipal.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.23.2 – CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO.**				
2.2 - Objetivo	Melhorar e ampliar o atendimento á população, visando melhoria da qualidade de vida.				
2.3 - Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
01	**Obras Executadas**	01	01	01	01

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.23.3 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA.**				
2.2 - Objetivo	Manter e dinamizar o sistema público de abastecimento de água potável, a fim de proporcionar melhoria nas condições do processo de tratamento, tanto no requisito quantitativo como qualitativo.				
2.3 – Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
19.050	**Domicílios Atendidos**	26.665	26.800	25.390	26.800 dom. atendidos

*Aquisição de material hidráulico;

*Aquisição de ferramentas, equipamentos e utensílios;

*Contratação de serviços de manutenção da parte elétrica;

* Contratação de serviços de torno e solda;

*Aquisição de materiais de construção, areia e seixo;

* Aquisição de areia torrada para substituição dos filtros rápidos da ETA.

Houve os seguintes atendimentos aos consumidores:

- Reclamações de Água;
- Religações de cortes por atraso;
- Fiscalizações;
- Instalações de Hidrômetros;
- Ligações Novas;
- Substituições de Hidrômetros;
- Substituições de Registro;
- Transferências;
- Manutenções de Cavalete**.**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.23.4 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E MAQUINÁRIOS.**				
2.2 - Objetivo	Manutenção e adequação de veículos e Maquinários				
2.3 – Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
16	**Veículos e maquinários mantidos**	**46**	**46**	**46**	**46**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

*Aquisição de combustíveis e lubrificantes;
* Revisão mecânica e elétrica das motocicletas;
*Revisão ma parte mecânica da retro escavadeira New Rolland;
*Revisão mecânica do Gol.

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.23.5 – CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SIST. DE ÁGUA.**				
2.2 - Objetivo	Melhorar o atendimento à população urbana, proporcionando diminuição de doenças de veiculação hídrica, melhorando a qualidade de vida.				
2.3 – Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
03	Obra Realizada	Obra Realizada	-	-	Obra Realizada

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Ação	**0026.19.6 – SANEAMENTO PARA TODOS**				
2.2 - Objetivo	Melhorar o atendimento à população urbana, proporcionando diminuição de doenças de veiculação hídrica, melhorando a qualidade de vida.				
2.3 – Meta / Indicador	Produto	1º Quadro	2° Quadro	3° Quadro	Quantidade no ano
01	Convênio Executado	Convênio Executado	Convênio Executado	Convênio Executado	Convênio Executado

Órgão: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CACOAL

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 - Programa	**0027 – FÁBRICA DE CULTURA**
1.2 - Problema	Formar a identidade individual e coletiva cultural do município
1.3 - Objetivo	Promover junto a população, o reconhecimento da identidade individual e coletiva, a expressividade, os valores da cidadania e a inclusão social, por meio de ações de formação artistico-culturais.

1.4 - Meta / Indicador	*Produto*
Eventos Realizados	**Global**

2 – IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2.5.1 - Ação	**0027.24.1 – MANUTENÇÃO DOS ATOS CULTURAIS**				
2.5.2 - Objetivo	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura nas áreas de música, artes cênicas e visuais.				
2.5.3 – Meta / Indicador	*Produto*	*1º Quadr.(A)*	*2° Quadr.(B)*	*3° Quadr.(C)*	*Acumulado D=A+B+C*
Atendimento /Procedimento	**Global**	**Global**	**Global**	**Global**	**Global**

SHOWS DE HUMUR “ O COXINHA”

DIA	**06-09-2016**
N º PARTICIPANTES	**350 Pessoas**

COMEMORAÇÃO ALUSIVA DE 7 DE SETEMBRO

DIAS	**05 a 07-2016**
N º PARTICIPANTES	**600 Pessoas**

I FEIRA DE ARTESÃO REGIONAL DE CACOAL

DIAS	23 A 25 09-2016
N º PARTICIPANTES	5000 Pessoas

3º EDIÇÃO ENCONTRO DE JOVENS PASSO A PASSO

DIA	25-09-2016
N º PARTICIPANTES	650 Pessoas

CAPACITAÇÃO DE MESARIO NA CÂMARA MUNICIPAL

DIA	31-09-2016
N º PARTICIPANTES	150 Pessoas

TOME UMA POSIÇÃO CONTRA O ENVELHECIMENTO

DIAS	01-10-2016
N º PARTICIPANTES	300 pessoas

COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS NA PRAÇA

DIAS	12-10-2016
N º PARTICIPANTES	5000 Crianças e Pessoas

SARAU CULTURAL HONORINA LUCAS DE BRITO

DIAS	19-10-2016
N º PARTICIPANTES	650 Pessoas e alunos

PALESTRA DO SENAC

DIAS	09-11-2016
N º PARTICIPANTES	350 Pessoas

ESCOLA SINFONIA COM SARAL CULTURAL

DIAS	15 e 16 -11-2016
N º PARTICIPANTES	600 Pessoas

COMEMORAÇÃO DO ANIVESÁRIO DE CACOAL

DIAS	26 -11-2016
N º PARTICIPANTES	4000 Pessoas

ESCOLA BERNARDO GUIMARÃES COM SARAL CULTURAL

DIAS	29 -11-2016
N º PARTICIPANTES	600 Pessoas

ESPETÁCULO QUEBRA NOZES

DIAS	25 e 26 -11-2016
N º PARTICIPANTES	650 Pessoas

RECITAL DE NATAL NO TEATRO MUNICIPAL

DIAS	05 -12-2016
N º PARTICIPANTES	350 Pessoas

ESCOLA JOSÉ DE ALMEIDA

DIAS	13 -12-2016
N º PARTICIPANTES	650 Pessoas

PROJETO GINGA COMUNIDADE

DIAS	13 -12-2016
N º PARTICIPANTES	150 Pessoas

XIV – DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Procedemos a elaboração do Relatório em atendimento ao que dispõe os artigos 9º, inciso III e art. 47, inciso II da Lei Complementar nº 154/96, combinado com art. 15, inciso III do Regimento Interno -TCE/RO juntamente com os órgãos de controle interno (secretarias) e a Secretaria Municipal de Planejamento, e considerando que:

- Que o município aplicou na área de saúde o percentual de 21,64% (vinte e um virgula sessenta e quatro por cento), cumprindo com o mínimo que a legislação vigente determina;
- Que foi aplicado na área de educação o percentual de 25,27% (vinte e cinco vírgula vinte e sete por cento), cumprindo assim com o mínimo que determina a legislação federal;
- Que o valor repassado para o poder legislativo foi de 6,99%, cumprindo com o máximo de 7% que a legislação vigente permite;

- O gasto com pessoal atingiu o percentual de 50,50% sobre a receita corrente líquida, obedecendo ao que determina o art. 20, inciso III, letra "b", da LC 101/2000 quanto ao limite legal dos 54%, no entanto, ficou abaixo do limite prudencial de 51,30%. Alertamos ao Prefeito que acompanhe o desenvolvimento da política de pessoal, afim de, manter o índice de pessoal abaixo do limite prudencial previsto no artigo 22 da Lei Complementar 101/2000;
- Que o município procedeu com as audiências quadrimestrais, conforme dispõe a alínea “b” do inciso V do artigo 11 da Instrução normativa n°. 013/TCER-04, Artigo 9º, §4º da LC 101/2000 e da IN nº. 039/2013-TCE;
- Que os relatórios resumido de execução orçamentária e de gestão fiscal, referente ao 2º quadrimestre/2016, foram devidamente elaborados e publicados em tempo hábil, conforme demonstrado no relatório da Controladoria do 3º quadrimestre/2016;
- Que as prestações de contas mensais e anuais foram elaboradas nos termos da Lei 4.320/64, LRF e demais legislação vigente;
- Que os processos analisados por amostragem, relativo a aquisição de bens móveis e imóveis foram devidamente incorporado no patrimônio;
- Que os processos analisados por amostragem, relativo a aquisição de material de consumo foram devidamente registrados no setor de almoxarifado;
- Que a Secretaria de Planejamento em conjunto com a Unidade de Controle Interno e Contadoria, elaborou o a LDO, LOA e o PPA 2014-2017 nos termos da legislação vigente;
- A Secretaria de Planejamento em conjunto com a Unidade de Controle Interno demonstrou as metas físicas e financeiras, previstas no PPA e priorizadas na LDO e previstas na LOA de 2016, registrando o percentual de execução física e o valor financeiro, por programa;

- Que a Secretaria de Fazenda acompanhou a execução da receita, tomando providências no sentido de evitar a evasão de receitas, inclusive promovendo campanhas voltadas para a melhoria da arrecadação municipal. Implementando ações para aumentar a arrecadação , por exemplo, a implantação da nota fiscal eletrônica para as prestações de serviço, e firmou parceria com o Cartório de Protesto para realizar execução de títulos da dívida ativa de tributos. Além disso, o município está realizando uma intensa fiscalização nas empresas;
- A Secretaria de Fazenda está realizando campanhas de incentivo ao pagamento dos impostos, inclusive os inscrito em dívida ativa, visando a arrecadação dos impostos e taxas de sua competência.

Informamos que não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a regularidade das contas públicas.

XV – RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Recomendamos a Secretaria Municipal de Educação que continue acompanhando rigorosamente a execução das despesas juntamente com a arrecadação das receitas, e desta forma, cumprir com eficiência e eficácia a aplicação dos recursos na área da Educação. Considerando que o índice de aplicação na educação foi de 25,27%, acima do mínimo dos 25% previsto na Constituição Federal, em seu artigo 212 e Emenda Constitucional nº 14/96 e 53/2006.
2. Recomendar a Secretaria Municipal de Fazenda, que acompanhe o cronograma de desembolso para realizar os repasses ao poder legislativo no limite máximo de 7,00%. Desta forma, cumprir com o estabelecido no artigo 29-A, inciso I, modificado Emenda Constitucional nº 58/2009. Considerando que o índice até este 3º quadrimestre de 2014 foi de 6,99%;
3. Alertamos a Secretaria Municipal de Fazenda, que mantenha esforços, a fim de arrecadar a dívida ativa municipal;

4. Sugerir a Procuradoria Geral do Município que mantenha esforços com o intuito de aumentar as cobranças da Dívida Ativa, cumprindo desta forma com o disposto no artigo 11 da LC nº 101/2000;
5. Recomendamos ao Prefeito e aos secretários municipais para continuar acompanhando o índice de pessoal, para que os mesmos se mantenham abaixo do limite prudencial, ficando dentro dos patamares desejáveis estabelecidos na legislação vigente, e desta forma, não sejam penalizados com as vedações constantes do parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar 101/2000. E com tal atitude, o município fique com folga suficiente no índice para cumprir com o piso salarial dos professores determinado pelo Governo Federal e principalmente que possa contratar pessoal através de concurso público, afim de, preencher o quadro de pessoal que está defasado nas áreas da saúde, educação e outros;
6. Alertamos a Coordenação de Planejamento e Controle que continue acompanhando rigorosamente as alterações orçamentárias, exigindo justificativas plausíveis, afim de que, não se altere o orçamento sem que haja a real necessidade. E que informem através do SIGAP – Módulo Gestão Fiscal a Declaração de Realização da Audiência Quadrimestral dentro do prazo previsto na IN. nº 39/2013/TCE-RO;
7. Alertamos a contabilidade do município que cumpra com rigor os prazos de envio das peças contábeis, afim de obedecer os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
8. Alertamos ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde que mantenha esforços, afim de, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados a saúde, considerando que existe os gerentes responsáveis por cada unidade básica e os administradores da Unidade Mista e do Hospital Materno Infantil que são responsáveis por gerenciar e administrar de forma satisfatória os serviços de saúde prestados a população. E que os recursos de superávit apurados em balanço sejam revertidos em bens e serviços de qualidade aos munícipes;

Acredita-se que os instrumentos sugeridos darão mecanismos de maior eficiência a execução dos controles.

XVI – CONCLUSÃO

A Controladoria Geral do Município vem buscando desempenhar suas funções da melhor forma possível, buscando proteger os interesses econômicos da municipalidade de forma eficiente. Desta feita, o foco no resultado e na segurança dos controles internos tem permitido que as ações do Órgão do Sistema Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria da gestão governamental.

A análise de processos por amostragem, relativos à aquisição de bens móveis e imóveis, se mostrou eficiente a medida que os respectivos objetos foram devidamente incorporados no patrimônio. E que os de aquisição de material de consumo foram devidamente registrados no setor de almoxarifado.

Os resultados obtidos nesse exercício de 2016 foram satisfatórios, uma vez que a despesa empenhada totalizou em R$ 169.970.502,54 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), enquanto que a receita acumulada foi de R$ 179.169.007,08 (cento e setenta e nove milhões, cento e sessenta e nove mil, sete reais e oito centavos).

Destaca-se que na fase da analise documental as pendências detectadas foram sanadas, pois são falhas oriundas de procedimentos equivocados todas passíveis de reparações, assim fica evidenciado o cumprimento dos princípios Constitucionais da LEGALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA esculpidos no art. 37 da CF/88.

Por fim, afirmamos que a Controladoria Geral do Município, dentro de suas possibilidades, vem desenvolvendo um trabalho de forma integrada com as Secretarias, que visando orientação, com o objetivo de se evitar transtornos futuros e prejuízos ao erário.

O trabalho ora apresentado demonstra o esforço desta Controladoria em atender a legislação vigente em busca dos resultados de eficiência e eficácia dos serviços públicos.

A Controladoria Geral, com base nos valores gerados pela contabilidade, entende por adequadas as contas atinentes ao exercício 2016 expressas no Balanço Geral, concluindo que representam adequadamente a posição orçamentária e financeira do Município, frisando no entanto, a necessidade de aprimorar e aperfeiçoar sempre os controles internos, com o fito se salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas e estimular a eficiência operacional.

Este é o relatório.

Cacoal, 02 de março de 2017.

Claudia Borges Rodrigues Lauterte
Setor de Monitoramento da Gestão Fiscal e Contábil
CRC-007924/O-7

PREFEITURA DE CACOAL
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
CNPJ n° 04.192.714/0001-28
Rua: Anísio Serrão, 2.100 – Centro
Fone: 69-3907-4280 Cacoal-RO
Email: cgm@cacoal.ro.gov.br

Certificado N° 009/CGM/2017

Órgão: Prefeitura Municipal de Cacoal

Tipo de Auditoria : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Período: Exercício de 2016.

CERTIFICADO DA CONTROLADORIA DO MUNICIPIO

Examinamos, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão da Prefeitura Municipal de Cacoal, praticados no período de 02jan2016 a 31dez2016 e avaliamos os resultados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Os exames foram efetuados por amostragem e em complemento ao acompanhamento que vem sendo realizado — de forma geral — por esta Unidade de Controle Interno, em cumprimento ao que dispõe os artigos 9º, inciso III e art. 47, inciso II da Lei Complementar nº 154/96, combinado com art. 15, inciso III do Regimento Interno-TCE/RO e demais normas legais aplicadas à matéria, em especial a execução orçamentária, licitações e contratos administrativos.

Desta forma, considerando que nos exames realizados por esta Unidade de Controle Interno, não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a probidade do Ordenador de Despesa e demais responsáveis, considerando que as ocorrências detectadas decorreram de falhas técnicas, cujas providências para regularização foram tomadas.

Em nossa opinião e diante do trabalho realizado, somos pela regularidade das contas do exercício.

Cacoal, 03 de março de 2017.

Claudia Borges Rodrigues Lauterte
Setor de Monitoramento da Gestão Fiscal e Contábil
CRC-007924/O-7

PREFEITURA DE CACOAL
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
CNPJ n° 04.192.714/0001-28
Rua: Anísio Serrão, 2.100 – Centro
Fone: 69-3907-4280 Cacoal-RO
Email: cgm@cacoal.ro.gov.br

PARECER N° 009/CGM/2017

Órgão: Prefeitura Municipal de Cacoal

Tipo de Auditoria : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Período: Exercício de 2016.

PARECER DO DIRIGENTE DA CONTROLADORIA DO MUNICIPIO

Em atendimento às determinações previstas nos artigos 9º, inciso III e art. 47, inciso II da Lei Complementar nº 154/96, combinado com art. 15, inciso III do Regimento Interno-TCE/RO e considerando as informações dos demonstrativos da Prestação de Contas referente ao exercício de 2016, conjugado com os resultados do acompanhamento e análise realizados pelas áreas técnicas desta Controladoria Geral, sobretudo em face das conclusões descritas no Relatório de Prestação de Contas Anual e consubstanciadas no Certificado constante do mesmo, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE**, avalio que as contas estão em condições de serem aprovadas.

Assim, propomos, portanto, o encaminhamento do presente para as providências necessárias, no sentido de obter o pronunciamento do Ordenador de Despesas, na forma do art. 9°, da Lei nº 154/92, e posterior remessa dos autos ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

É o parecer SMJ.

Cacoal-RO, 03 de março de 2017.

Lindeberg Miguel Arcanjo
Controlador Geral do Município
Portaria NRº 0043/PMC/2017

PREFEITURA DE CACOAL
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ n° 04.192.714/0001-28
Rua: Anísio Serrão, 2.100 – Centro
Fone: 69-3907-4050 Cacoal-RO

Órgão: Prefeitura Municipal de Cacoal

Tipo de Auditoria : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Período: Exercício de 2016.

PRONUNCIAMENTO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO 2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

Nesta oportunidade, em atenção ao disposto no artigo 49 da Lei Complementar 154/96, **Declaro** que estou ciente das demonstrações financeiras contidas na prestação de contas referente o exercício de 2016, ratifico o parecer do Controlador Geral do Município, bem como com as contas descritas.

O presente pronunciamento é emitido em cumprimento a norma legal supra citada, bem como para efetivamente demonstrar o acompanhamento das contas pelo executivo municipal.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente para que surta os efeitos jurídicos e legais, determinando o seu encaminhamento a Câmara MunicipaL e Tribunal de Contas.

Cacoal, 03 de março de 2017.

Glaucione Maria Rodrigues Neri
Prefeita

PREFEITURA DE CACOAL
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ n° 04.192.714/0001-28
Rua: Anísio Serrão, 2.100 – Centro
Fone: 69-3907-4050 Cacoal-RO

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DOS

ÚLTIMOS 03 EXERCÍCIOS

2014 - 2015 e 2016

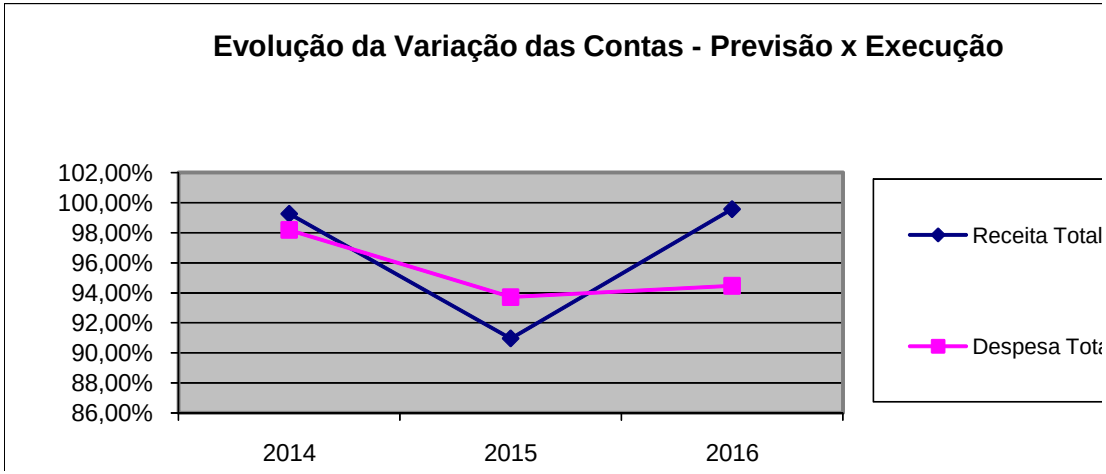
RELATÓRIO ANUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

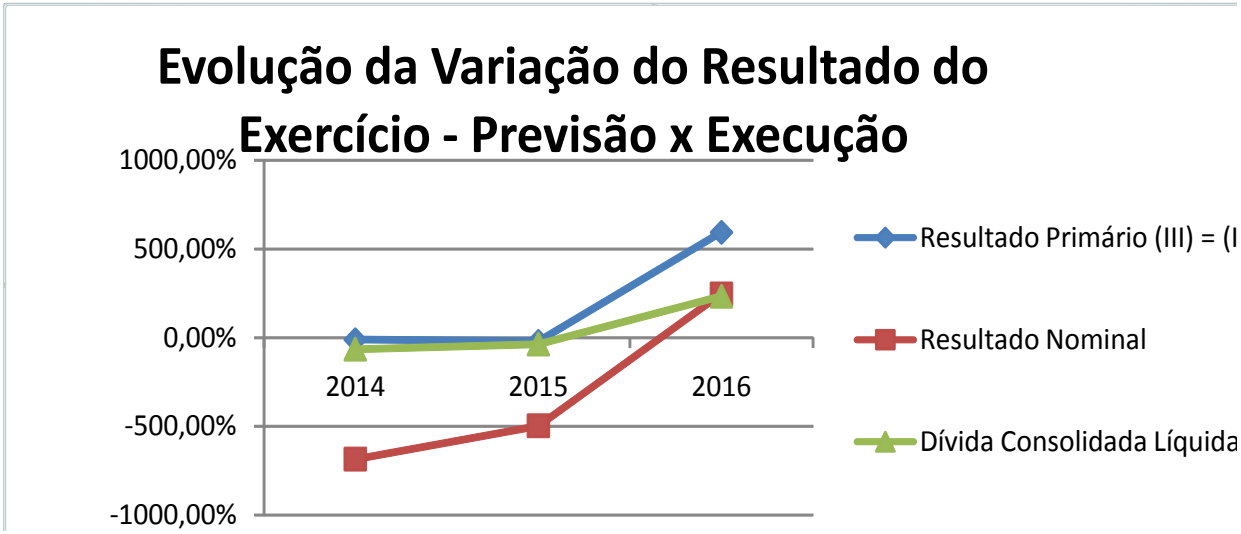
PC - (IN. 013/2004, art. 11, inciso VI, alínea "a") R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas para 2014 (g)	Metas Realizadas em 31/12/2014 (h)	Variação % (i=h/g) 2014	Metas Previstas para 2015 (g)	Metas Realizadas em 31/12/2015 (h)	Variação % (i=h/g) 2015	Metas Previstas para 2016 (g)	Metas Realizadas em 31/12/2016 (h)	Variação % (i=h/g) 20136	Variação Média % (j) = {(c+f+i)}/3
Receita Total	158.381.000,00	157.208.661,51	99,26%	180.494.000,00	164.169.268,55	90,96%	179.943.000,00	179.169.007,08	99,57%	96,60%
Despesa Total	158.381.000,00	155.478.472,03	98,17%	180.494.000,00	169.137.729,91	93,71%	179.943.000,00	169.970.502,54	94,46%	95,44%
Resultado Primário (III) = (I–II)	20.873.659,00	-2.404.087,52	-11,52%	20.025.872,00	-4.166.960,33	-20,81%	1.666.000,00	9.905.990,25	594,60%	187,42%
Resultado Nominal	4.196.884,00	-28.780.540,81	-685,76%	-744.816,00	3.704.011,16	-497,31%	-3.504.000,00	-8.649.728,60	246,85%	-312,07%
Dívida Consolidada Líquida	19.472.643,00	-12.638.383,76	-64,90%	15.907.876,00	-5.734.503,55	-36,05%	-6.534.383,76	-15.248.232,15	233,35%	44,13%

FONTE: LDO, RREO-Anexo I,VI e VII.

ANEXO II


Evolução da Variação das Contas - Previsão x Execução
102,00%
100,00%
98,00%
96,00%
94,00%
92,00%
90,00%
88,00%
86,00%
2014
2015
2016
Receita Total
Despesa Tota


Evolução da Variação do Resultado do Exercício - Previsão x Execução
1000,00%
500,00%
0,00%
-500,00%
-1000,00%
2014
2015
2016
Resultado Primário (III) = (I
Resultado Nominal
Dívida Consolidada Líquida